

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.566.616 - MS (2019/0244158-0)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : OI S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA E
OUTRO(S) - MS006835
PAULO ROBERTO CANHETE DINIZ - MS011235
AGRAVADO : CARLA PAULINA DA COSTA SANTOS
ADVOGADO : GEORGE ALBERT FUENTES DE OLIVEIRA - MS013319

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto por OI S.A., em face de acórdão assim ementado (fl. 257):

AGRAVO DE INSTRUMENTO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – EXECUÇÃO DE MULTA COMINATÓRIA (ASTREINTES) – CRÉDITO CONSTITUÍDO EM DATA POSTERIOR AO PROTOCOLO DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – CRÉDITO EXTRACONCURSAL – NÃO SUJEIÇÃO AO PROCEDIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

1. Hipótese em que se discute se determinado crédito se sujeita à Recuperação Judicial.
2. Os créditos constituídos após o devedor ter ingressado em Juízo com o pedido de Recuperação Judicial estão excluídos dos seus efeitos.
3. Agravo de Instrumento conhecido e não provido.

Os embargos de declaração opostos na origem foram rejeitados (fls. 274/277).

Nas razões do especial, a ora agravante alega dissídio jurisprudencial, em relação à interpretação dada ao art. 59 da Lei n. 11.101/2005, afirmando que "decisões que possam acarretar prejuízos à recuperação, bem como, após a aprovação do plano de recuperação judicial, devem ser tomadas pelo juízo da recuperação judicial, sob pena de frustrar o plano de recuperação" (fl. 288); e que "o crédito será constituído no momento do ilícito que o motivou, ou seja, do evento danoso" (fl. 289).

Ultrapassado o juízo de admissibilidade, passo a decidir.

O Tribunal de origem, ao julgar o agravo de instrumento, concluiu pelo caráter extraconcursal do crédito em discussão, assim se pronunciando (fl. 262):

Na hipótese dos autos, trata-se de Cumprimento de Sentença para execução de multa cominatória (astreintes), a qual, para fins de execução definitiva, segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, só é exigível após o trânsito em julgado da sentença (ou acórdão) confirmar a fixação da multa diária – o que ocorreu em 24/03/2017 (f. 35, na origem) –, embora seja devida a multa, para efeito de definição do termo inicial de sua incidência, a partir do momento em que configurado o descumprimento (v.g., AgInt no AREsp 1.252.624/SP, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe 21/09/2018; AgRg no REsp 1.294.947/SP, Rel. Min. Raul Araújo, Quarta Turma, DJe 03/08/2015).

Com efeito, considerando-se que o pedido de Recuperação Judicial da devedora-agravante foi protocolizado no dia 20/06/2016 junto ao Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro/RJ (autos nº 0203711-65.2016.8.19.0001), concluiu-se que, por ser a constituição do crédito em questão posterior ao pedido de Recuperação Judicial, não deve ser este submetido ao Juízo Falimentar, nos termos do art. 49, da Lei nº 11.101, de 09/02/05.

A conclusão acima reproduzida está em desarmonia com a jurisprudência adotada neste Superior Tribunal de Justiça, que já se posicionou no sentido de que, tratando-se "de crédito derivado de fato ocorrido em momento anterior àquele em que requerida a recuperação judicial, deve ser reconhecida sua sujeição ao plano de soerguimento da sociedade devedora" (REsp n. 1727771/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/5/2018, DJe 18/5/2018). Na mesma direção:

RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. DISCUSSÃO SOBRE INCLUSÃO DE CRÉDITO EM PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. "DEMANDA ILÍQUIDA". APLICAÇÃO DO

§ 1º DO ART. 6º DA LEI N. 11.101/2005. CRÉDITO REFERENTE À AÇÃO INDENIZATÓRIA. OBRIGAÇÃO EXISTENTE ANTES DO PEDIDO DE SOERGUIMENTO. INCLUSÃO NO PLANO DE RECUPERAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 59 DA LEI N. 11.101/2005. RECURSO PROVIDO.

1. Não há falar em violação ao art. 535 do Código de Processo Civil, pois o eg. Tribunal *a quo* dirimiu as questões pertinentes ao litígio, afigurando-se dispensável que venha a examinar uma a uma as alegações e os argumentos expendidos pelas partes. Ademais, não se configura omissão quando o julgador adota fundamento diverso daquele invocado nas razões recursais.

2. No caso, verifica-se que a controvérsia principal está em definir se o crédito decorrente de sentença condenatória, proferida em autos de ação indenizatória ajuizada antes do pedido de soerguimento, submete-se, ou não, aos efeitos da recuperação judicial em curso.

3. A ação na qual se busca indenização por danos morais - caso dos autos - é tida por "demanda ilíquida", pois cabe ao magistrado avaliar a existência do evento danoso, bem como determinar a extensão e o valor da reparação para o caso concreto.

4. Tratando-se, portanto, de demanda cujos pedidos são ilíquidos, a ação de conhecimento deverá prosseguir perante o juízo na qual foi proposta, após o qual, sendo determinado o valor do crédito, deverá ser habilitado no quadro geral de credores da sociedade em recuperação judicial. Interpretação do § 1º do art. 6º da Lei n. 11.101/2005.

5. Segundo o *caput* do art. 49 da Lei n. 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

6. A situação dos autos demonstra que o evento danoso, que deu origem ao crédito discutido, bem como a sentença que reconheceu a existência de dano moral indenizável e dimensionou o montante da reparação, ocorreram antes do pedido de recuperação judicial.

7. Na hipótese de crédito decorrente de responsabilidade civil, oriundo de fato preexistente ao momento da recuperação judicial, é necessária a sua habilitação e inclusão no plano de recuperação da sociedade devedora.

8. Recurso especial provido. (REsp 1447918/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/04/2016, DJe 16/05/2016)

Superior Tribunal de Justiça

Em face do exposto, nos termos do art. 34, XVIII, "c", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, dou provimento ao recurso especial, para determinar que o crédito em discussão seja incluído no plano de recuperação da empresa recorrente, nos termos da jurisprudência desta Corte.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora